

O SÉCULO XIX EUROPEU: BRASIL E ESTADOS UNIDOS NAS EXPOSIÇÕES UNIVERSAIS

THE EUROPEAN 19TH CENTURY: BRAZIL AND THE UNITED STATES ON THE UNIVERSAL EXHIBITION

Gustavo Alvim de Góes Bezerra ¹

RESUMO

A polarização entre dois projetos políticos marcou a segunda metade do século XIX europeu: de um lado, o tradicional Antigo Regime, que por tanto tempo foi inquestionável como modelo político social, fortalecia as tradições e os governos dinásticos do continente, por outro lado, a emergência do liberalismo fortalecido pelas revoltas populares e novas tecnologias propunha mudanças. Nas Américas, recém-independentes, o Império do Brasil e a República dos Estados Unidos da América representam dois casos ideais desses dois projetos em disputa, o primeiro como manifestação do Antigo Regime e o segundo como projeto do liberalismo. A convivência desses dois projetos na segunda metade do século XIX europeu pode ser compreendida pela participação desses dois países americanos nas Exposições Universais. Mais do que o tradicional enfoque histórico realista nos conflitos do período, as disputas por superioridade civilizacional e pela modernidade, liberal ou tradicional, oferecem a chave para uma leitura do final do século XIX europeu através do Brasil e dos EUA.

¹Doutorando em Relações Internacionais pela PUC-Rio, possui mestrado em Relações Internacionais pela UERJ e graduação em Relações Internacionais pela PUC-Rio. gusgbezerra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE

Liberalismo, Antigo Regime, Século XIX, Europa

ABSTRACT

The polarization between two political projects is core to comprehend the second half of the 19th Century Europe: in on hand, the traditional Ancien Regime, that for long has been unchallenged as the political and social model strengthened traditions and the dynastic governments of the continent; on the other, the emergency of liberalism as a response for popular unrest and new technologies proposed changes. In the newly independent Americas, the Empire of Brazil and the Republic of the United States of America represented two ideal cases of these disputing projects: the first as a manifestation of the Ancien Regime and the second as a role model of liberalism. The coexistence of these two projects in the second half of the European 19th Century can be better understood through the participation of the two American countries in the Universal Exhibitions. More than the traditional realist historical focus in the conflicts of the period, the dispute for civilization superiority and for modernity, liberal or traditional, offer the key for understanding the late European 19th Century through Brazil and USA.

KEY WORDS

Liberalism, Ancien Regime, 19th Century, Europe

I. Introdução

As Exposições Universais do século XIX representaram uma síntese razoável da Europa de então. Se em parte reinventavam as feiras da Idade Média, evidenciavam, também, o ponto mais alto do capitalismo burguês e o seu desenvolvimento tecnológico (Silva, 1992). Não se reduziam a um símbolo do elã do desenvolvimento capitalista, oriundo do estímulo ao comércio; ou a uma vitrine do desenvolvimento de novas tecnologias, essas feiras também expressavam a soberba de construir opulentos parques de exposição que, em menos de um ano, seriam postos no chão (op. cit). As referências a passados de glórias e a celebrações de grandes feitos contemporâneos das ciências e das artes estavam presentes nos estandes dos países e nos principais símbolos dos eventos. Assim, a torre Eiffel e o palácio de cristal do Hyde Park seriam os monolitos modernos da competição pela superioridade civilizacional.

Esse artigo pretende analisar de forma comparativa a participação de dois países americanos nesse espaço de socialização europeu: o Império do Brasil e os Estados Unidos da América. Ao longo do texto, busca-se argumentar que a atuação desses dois países é diferente entre si e que essa diferença representa as percepções preponderantes no Rio de Janeiro e em Washington sobre modernidade. Essas diferentes percepções mimetizam uma dinâmica europeia na qual estava posto o antagonismo entre Liberalismo e Antigo Regime. Argumenta-se que, na condição de duas ex-colônias europeias, Brasil e Estados Unidos representam esses dois modelos que, na Europa, estão em disputa, e que essa diferença fica bastante nítida na participação desses dois países nas Exposições Universais.

A Europa da segunda metade do século XIX não é o espaço de disputa apenas entre liberalismo e Antigo Regime, é também um continente no qual a definição de nacionalidades e acirrada disputa entre esses diferentes projetos é marcante (Joll, 1990). De forma a compreender esse espaço de disputa das narrativas – liberal ou antigo regime – e dos nacionalismos, as Exposições Universais eram espaços privilegiados de análise da Sociedade Internacional do Século XIX. Um espaço preponderantemente europeu no qual a participação dos dois países americanos ocorre por serem percebidos como extensão da Europa, no caso brasileiro pela sua construção nos moldes de uma monarquia europeia (Monteiro, 1990) e no caso dos EUA por sua construção como país civilizado (Silva, 1992; Divine et al, 1992), nos termos que civilização era compreendida na Europa de então, principalmente dentro da tradição liberal de pensamento político que estava sendo desenvolvida especialmente na França.

A inserção desses dois países nessas arenas diz mais sobre o século XIX europeu do que sobre suas respectivas histórias nacionais, pois mostra como os modelos europeus de Estado desenvolveram-se nas suas formas mais emblemáticas fora da Europa. A participação do Brasil na Exposição Universal parisiense (1889) e a organização da Exposição Universal da Filadélfia (1876) pelos EUA são os dois exemplos sobre os quais se vai debruçar de forma a construir o argumento de que esses dois países buscavam inserção na Sociedade Internacional europeia através de percepções distintas da realidade.

A busca pela modernidade é o pano de fundo dessas disputas que marcam o século XIX europeu. Definir os termos da disputa sobre modernidade (liberalismo ou antigo regime) e quem tem precedência nessa disputa (os antagonismos nacionalistas) ocorrem ao mesmo tempo no continente. A definição do que é o moderno está, em alguma medida, também ela em disputa no período, pois é uma categoria que define e é definida pela modernidade. Assim, a percepção de Hobsbawm de que “A característica básica da nação moderna e de tudo o que a ela está ligado é sua modernidade.” (Hobsbawm, 1990: 27) expõe como o próprio conceito é autorreferenciado e como, em decorrência de sua própria vagueza, é possível que convivam em um mesmo período histórico diferentes percepções sobre a modernidade, convivência que não significa ausência de disputa, apenas tolerância com a diferença, e condescendência com a inferioridade. Esse cenário apresenta um paradoxo: ao tempo que os países disputavam a superioridade na Sociedade Internacional Europeia, não havia consenso sobre o significado de modernidade.

Esse artigo não se propõe a analisar uma disputa entre dois países europeus, mas identificar de que forma essa disputa manifestou-se na formação de dois países americanos que buscavam participar das Exposições Universais que, em última instância, cumpriam o papel de vitrines. A formação desses dois países, argumenta-se, reflete um desafio que estava posto na Europa: as pressões de conservação da ordem aristocrática em conflito com a disputa pela adoção de características de Estado burguês. Essa disputa pelo moderno gerou um antagonismo que pode ser melhor trabalhado na literatura de História das Relações Internacionais. A contribuição que se pretende para a literatura através desse artigo é propor as Exposições Universais como microcosmos da

Sociedade Internacional Europeia e entender de que forma essas duas agendas políticas distintas apresentavam-se e dialogavam entre si. Esse exercício é antecedido por uma leitura da História que considera a segunda metade do século XIX europeu não apenas como o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, mas um período de grande disputa e possibilidades.

Nesse mundo em disputa, as Exposições Universais representam campo profícuo e relativamente pouco explorado para melhor compreender os projetos concorrentes que se colocavam para a Sociedade Internacional Europeia.

II. Modernidade e Nacionalismo

Ser a representação do progresso e da civilização era o objetivo maior daquela que era, por excelência, a vitrine do avanço técnico – apolítico – da humanidade. A pujança das exposições universais buscava transformar em material e tangível as disputas por glória e de desenvolvimento cujo aspecto político era negado pelos participantes. A ideia de superioridade era a mesma legitimadora das competições estéticas e tecnológicas das exposições. A vaidade dessas competições, que marca essas Arenas Pacíficas do Progresso – como Tavares Bastos apelidou as exposições – funciona como um microcosmos para compreender a Sociedade Internacional Europeia do século XIX.

Permeia essas disputas a mesma questão que permeou o século XIX: a percepção sobre modernidade. A manutenção do modelo quase medieval do Antigo Regime contrapunha-se à ruptura liberal que aquele século vira surgir. José Luiz Werneck da Silva já notara essa ambiguidade quando analisou as exposições universais (1992). Sua leitura desse fenômeno é feita a partir de uma leitura de Marshall Berman sobre a modernidade e as ambivalências desse processo que, neste artigo, entende-se como a manifestação, no presente, do futuro projetado. Nesse sentido, a leitura de Silva (1992) a partir de Berman é aqui aprofundada, porque busca-se compreender de que forma a ideia de modernidade se manifesta: ao tentar aproximar o futuro ao presente. Essa proposta de compreensão uma tentativa de contribuir nesse debate com a proposição de Anthony Giddens (1991) sobre a modernidade, que é entendida como um espaço que favorece mais a Sociologia do que as ciências naturais dado que a Sociologia possui as ferramentas capazes de interpretar e ressignificar as transformações. A partir de Giddens, portanto, buscamos compreender as dinâmicas de transformações que ocorriam em decorrência da disputa que estava posta entre esses dois modelos.

É importante destacar que não se trata, a priori, de uma transformação, pois não se pode tomar como garantido, ao analisar o século XIX, que a decadência do Antigo Regime é um dado. Esse modelo de política e de sociedade mantém-se ainda como alternativa forte na Sociedade Internacional de então e busca a conservação do mundo dentro dos seus parâmetros. Assim, buscar a narrativa de decadência das tradições políticas europeias, favorecendo as transformações da Sociedade Internacional Europeia é olhar post facto e desconsiderar o processo reflexivo que gerou alterações nas relações políticas e sociais que possibilitaram, no início do século XX, a consolidação do Liberalismo na Europa. A narrativa linear, portanto, é a narrativa que conta a História do século XIX para explicar o século XX.

O século XIX desenvolver-se-ia como sua própria contestação, como a contestação da competição, e reafirmação de projetos de modernidade. Nas Exposições Universais de que participam o Brasil e os EUA veem-se estratégias completamente diferentes de promoção: cabe aos EUA, sede de uma Exibição em 1876, ligar toda a energia do pavilhão de maquinário com uma chave de força, e ao Brasil o projeto de manter a imagem do exotismo natural com o destaque para as Vitórias Régias transplantadas para Paris em 1899 (Silva, 1992).

A própria ideia de nacionalismo era uma novidade no século XIX (Hobsbawm, 1990) e é difícil não considerar que a disputa em torno da modernidade está também atrelada à competição pela superioridade entre as diferentes nacionalidades. Nesse ambiente de disputas os casos desses dois países americanos e sua participação nas Exposições Universais é uma maneira de isolar as contendidas e focar nos casos típicos dos dois projetos de Sociedade Internacional que estavam em disputa.

Dessa forma, não é que o Brasil e os EUA estivessem em disputa por superioridade nas Américas, mas representavam projetos políticos antagônicos que polarizavam a Europa e os nacionalismos emergentes daquele continente.

III. Europa em Disputa

É interessante notar que na historiografia tradicional das Relações Internacionais a história desse período não põe em perspectiva essa polarização entre projetos diferentes de mundo. Essa leitura tradicional é geralmente compreendida como uma leitura realista da História das RI por trabalhar com noções que são tradicionalmente utilizadas por essa corrente teórica².

A política internacional na Europa do século XIX é recorrentemente representada como o momento mais marcante de uma lógica de *raison d'État* nas Relações Internacionais (Kissinger, 1997). A narrativa típica sobre o século XIX começa com a reestruturação da Ordem de Metternich, rompida por Napoleão, através do Congresso de Viena e das diversas intervenções militares em Estados nos quais havia movimentos de sublevação alinhados aos ideais disseminados pelo avanço do exército revolucionário (Mougel & Pacteau, 2010) e termina com o princípio da I Guerra Mundial, em 1914 (Joll, 1990). Nesse ínterim, a segunda metade do século XIX é um período ao qual é dada muita atenção por ser antecedido por um período sem articulações políticas de relevo ao qual se segue a emergência de Bismarck, na Prússia. A ascensão do ministro prussiano marca a retomada das iniciativas de concerto e articulação política. Isso tudo em um contexto no qual a Inglaterra, cuja opção pelo projeto liberal já havia se consolidado com as transformações ocorridas ao longo do século XVII (Hill, 1980) mantém-se como fiel da balança e defensora da estabilidade da Ordem Internacional (Kissinger, 1997).

²O texto de Richard Ashley (1987: 417) ajuda a sintetizar a ideia de narrativa histórica realista. Vale apontar que o esforço de sistematização que o autor faz é para mostrar os limites da tradição realista na leitura de mundo. Apesar de ser um texto com que contribui de forma expressiva para o debate crítico no campo teórico das RI, seu resgate aqui é feito pelo seu esforço de sistematização das narrativas realistas que não foram sistematizadas por autores

O comprometimento de Bismarck antes da Unificação Alemã (1871) era com o processo de unificação em si, não com a manutenção da Ordem e da Sociedade Europeia, mesmo porque o surgimento desse gigante europeu modificou a distribuição de poder na Europa (Moul, 1985). Apesar do gigantismo, Bismarck era o primeiro a afirmar que a Alemanha unificada era uma potência satisfeita. A ela não interessaria colônias ou expansão territorial e assim foram os acordos que o chanceler alemão propôs, sendo a Conferência de Berlim (1884-1885) o caso mais evidente: por mais que tenha disposto sobre a colonização da África, foi concebido para privar a Europa de reverberações de disputas coloniais. A morte do Kaiser Frederico Guilherme I e a ascensão de seu filho, Frederico Guilherme II, determinaram a saída de Bismarck da chancelaria, em 1890, e com isso a transição da Realpolitik para a Weltpolitik.

Essa é a narrativa clássica da unificação alemã, materialização de um projeto pangermânico saudoso do Sacro-Império. Todavia, nela estão inscritas outras questões para além de disputas de poder.

A possibilidade de oferecer outra narrativa para a história do último quarto de século XIX está inscrita em silêncios e omissões. Uma dessas omissões é sobre o processo de unificação italiano. Detentora de importante posição no Mediterrâneo e fronteira com um grande número de países, a Itália possuía atributos de poder que deveriam ser destacados em uma análise realista. O silêncio sobre sua importância não decorre de suas capacidades militares e de projeção de poder insuficientes, mas, do custo político do processo, que envolveu intestinas disputas com o papado a ponto de ser proibida a participação de católicos na política italiana (Joll, 1990).

A consolidação do Atlântico como principal rota de comércio, em detrimento do Mediterrâneo (Kennedy, 1989), ocorreu concomitantemente às unificações e consolidou o deslocamento do eixo dinâmico da Sociedade Internacional para a Europa Setentrional. Esse processo fortaleceu movimentos credores da cisão entre a Santa Sé e a política italiana: os ultramontanos franceses e as elites do sul da Alemanha (Joll, 1990). Assim, a pouca importância que a literatura confere à situação política italiana não é pela ausência dos clássicos elementos garantidores de poder, mas decorre das causas mais importantes para esse evento não se coadunarem à leitura realista das Relações Internacionais.

Mesmo na Europa setentrional havia atores de maior importância, exemplificado pela exclusão da França dos três Sistemas Bismarckianos. Diversos autores (Kissinger, 1997; Bernstein & Milza, 1997; Mougél & Pacteau, 2010) são enfáticos ao atribuir à França o estigma de principal inimigo da Alemanha em decorrências do revanchismo oriundo da perda na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Raramente, contudo, esse argumento é contrastado com a perda dos austríacos da Guerra Austro-Prussiana de 1867, derrota que retirou de Viena status de centro político mais importante entre os

vinculados a essa tradição a despeito da ampla gama de trabalhos que são narrativas históricas (Kissinger, 1997; Mearsheimer, 2003; Kennedy, 1987) ou que se apropriam de narrativas históricas para legitimar sua abordagem sobre o tema (Waltz, 1986). Nesse sentido, a contribuição de Ashley para a sistematização da narrativa histórica realista aproxima-se do esforço de Gideon Rose (1998) em sistematizar as diferentes vertentes do realismo e pontuar suas maiores referências.

Estados germânicos. Apesar da derrota e de ser mais fraca que a França em termos militares, a Áustria-Hungria é presente nas alianças alemãs. Assim, não se pode ignorar as afinidades culturais e seu papel na construção dos vínculos entre os países, e no processo de identificação de inimigos, dos sistemas bismarckianos.

A Liga dos Três Imperadores (1872-1878), surgida após um encontro entre os três imperadores das potências conservadoras (Alemanha, Rússia e Áustria-Hungria), foi o ponto de partida dos acordos que colocaram Berlim como centro de convergência da política internacional conservadora da Europa - espaço que havia sido ocupado por Viena desde o Congresso de 1815 até o colapso da Santa Aliança. Tal aliança foi feita em contraposição à França, que ainda carregava o estigma de potência revisionista (Mougel & Pacteau, 2010; Joll, 1990).

Com a falência da Liga dos Três Imperadores, em decorrência de conflitos de interesses no Cáucaso, surgiu o Sistema dos Tratados Secretos, pelo qual Bismarck fez uma aliança secreta de ajuda mútua com Áustria-Hungria (1879) em caso de um ataque russo (Kissinger, 1997) e posteriormente com a própria Rússia, que buscava recuperar sua legitimidade interna com êxitos de política externa. A sucessão do trono búlgaro por uma dinastia germânica despertou a desconfiança russa e fez a coalizão tríplice romper-se novamente.

O derradeiro sistema desenhado por Bismarck era o do Tratado de Resseguro. Esse, nas palavras de Kissinger:

A Alemanha e a Rússia prometeram uma à outra permanecerem neutras em uma guerra com um terceiro país, a menos que a Alemanha atacasse a França, ou a Rússia atacasse a Áustria. Teoricamente, a Rússia e a Alemanha estavam de posse agora de uma garantia contra uma guerra de duas frentes, desde que ficassem na defensiva. (ibid., p. 190)

Às tensões que marcam esse período da História da Europa subjaz um aspecto de afinidades culturais que conduz as alianças e as transformações de uma realidade política fortemente marcada pelo Antigo Regime, a despeito das pressões do liberalismo: a complexificação das relações entre os países, a dinamização comercial e o aprofundamento das atividades do capital financeiro (Coggiola, 2009) que traz consigo. As Exposições Universais do período refletem bem essa realidade partida entre duas propostas de sociedade, justamente pelo seu caráter, a um só tempo, de celebração das novidades técnicas e de competição pela liderança do avanço humano.

³A necessidade de Bismarck fazer com que o General Boulanger, ministro da Guerra que reestruturava o exército francês, fosse destituído do seu posto denuncia a preocupação do líder alemão (Kissinger, 1997, Mougel & Pacteau, 2010). Por seu lado, o exército austro-húngaro sofria com os problemas do excesso de línguas, que fazia o entendimento ao longo da cadeia de comando e controle difícil e com a sua estrutura marcada pelas tradições aristocráticas faziam dele uma estrutura de lenta reação (Mayer, 1981).

IV. Arenas Pacíficas

O caráter técnico das exposições universais é o ponto central de legitimação desses eventos, é ele que garante aos países conservadores e aos liberais disputarem na mesma “arena pacífica”, pois se é técnico não é político e representa a evolução da civilização. A tecnicidade sintetiza as justificativas das duas lógicas em disputa no crepúsculo do século XIX: para o Antigo Regime a política é a fomentadora das clivagens disruptivas, enquanto para o liberalismo a crença na modernidade evolutiva impele o desenvolvimento tecnológico, portanto, ao progresso. Uma percepção mais detalhada das atuações do Brasil e dos EUA nas exposições evidencia que, apesar de essencialmente política, ambas as participações respaldam-se em discurso da técnica, não da política. Assim, os EUA entenderiam que não romperam o comprometimento com o Discurso de Despedida de Washington, de manterem-se isolados da política europeia (Kissinger, 1997) e o Império concordava com o Barão de Cotegipe que “se a exposição fosse política, não devíamos comparecer.” (Wanderley apud. Silva, 1992b: 71).

A construção imagética do Brasil como mais um império europeu passa pela iniciativa de esse ser o único país latino-americano a participar ativamente das Exposições (Barbury, 1996). No que tange aos EUA e ao propósito de realização da Exposição da Filadélfia, em 1876, este também era de transmitir uma imagem, não apenas de superação da Guerra de Secessão, como também de uma sociedade coesa, cuja maior conquista ainda residia no futuro, de acordo com o discurso do presidente Ulysses Grant na abertura do evento (Rydell, 1984, p.15). A colocação de Grant a respeito do futuro dialoga de forma direta com a percepção de modernidade como a manifestação, no presente, do futuro imaginado. Ainda assim, carrega consigo uma percepção liberal ao colocar o futuro, em alguma medida descolado do passado, como a própria ideia de Destino Manifesto: em alguma medida atemporal. Dessa forma, não haveria como imaginar a frase de Grant sendo usada no contexto brasileiro, pois a narrativa histórica era muito importante na constituição do imaginário nacional, haja a vista o mito das três raças que na década de 1850 foi aceito pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como a narrativa oficial da constituição da nacionalidade brasileira (Basile, 1990).

O liberalismo estadunidense foi importante na independência do país, mas foi confirmado como um projeto nacional após a vitória na Guerra de Secessão dos estados do Norte que consolidou a unidade territorial. Por sua vez, o mimetismo institucional e político que norteava o Brasil fazia com que a perspectiva de futuro do Império fosse a reprodução dos avanços europeus do passado.

Maria Helena Rouanet (1989) percebe que o Brasil do século XIX tem como característica a noção de ser um país com problemas decorrentes de ainda estar em formação. O discurso de uma maturidade por vir é representativo de uma sociedade espelhada nas europeias, mas que potencializa essa lógica com um discurso de futuro que reproduz o passado. O ponto de convergência entre os EUA e a Europa, que Werneck da Silva (1992) identifica como duas sociedades avançadas, reside no fato de serem representantes de raças superiores – entenda-se:

brancos. Cabe destacar dessa análise as diferentes tensões que polarizavam esses ambientes, pois se a Europa era desafiada pela emergência do liberalismo, como visto na seção anterior, as tensões étnicas dos EUA haviam apenas começado a ser enfrentadas com a abolição da escravidão (Rydell, 1984). Na questão das tensões que o século XIX opunha os países originados dessa disputa entre modelos europeus, é curioso o espaço que o Brasil ocupa, pois aquilo que desafia a manutenção da sua versão de Antigo Regime é a manutenção da escravidão, que por definição é o aspecto que desafia o liberalismo estadunidense. Assim, retomando Giddens (1991), é possível compreender melhor a ideia de que é possível ressignificar um processo – no caso a escravidão – a partir da reflexividade das diferentes dinâmicas de modernidade que aconteciam concomitantemente.

Não era, portanto, o Brasil entre a América e a Europa, como afirma Luís Cláudio Villafañe Santos, era a Europa, a América e o Brasil: sendo que a análise dos dois últimos é de grande validade para compreender as dinâmicas europeias do final do século XIX, pois, como mostram as exposições universais, o continente estava dividido entre a aposta no industrialismo da livre iniciativa ou nas tradições, por vezes, medievais que marcam a trajetória daquele continente.

Como eram arenas de competição entre os nacionalismos burgueses e como surgiam de iniciativas nacionais, não de um órgão de coordenação autônomo, não cabe diferenciar “Feiras” de “Exposições”. Os nomes dos eventos não passam de indícios daquilo que se pretendia através deles: afirmar a superioridade inglesa em questões industriais na *Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations* - 1851; afirmar a França como centro da produção de artística mundial através da *Exposition Universelle Internationale des Produits de l’Agriculture, de l’Industrie et des Beaux Arts* – 1855; ou comemorar o centenário da independência dos EUA e sua superioridade em todos os campos da atividade humana com a *Centennial International Exhibition*, cujo nome oficial era *International Exhibition of Arts, Manufactures and Products of the Soil and Mine* – 1876. Os nomes das exposições deixam patente que a noção de universalidade supostamente atribuída a eles não tem por objetivo a celebração da fraternidade entre os povos, mas comprovar a superioridade de um ou de outro sobre os demais. Dessa forma, a denominação genérica de exposições universais para aquelas vitrines do progresso é marcada pela contradição moderna de apontar como conquistas da humanidade as façanhas alardeadas como indicadores da superioridade nacional. Assim, as instalações elétricas da Filadélfia, os canhões expostos pela Krupp nos pavilhões prussianos das diferentes Exposições, ou as Vitórias Régias brasileiras em 1889 eram, a um só tempo, vitórias coletivas e lastro para disputas ufanistas.

O debate no parlamento brasileiro, em 1888, sobre se devia o Brasil participar da Exposição Universal de 1889 é indício de que politicamente essa era uma questão importante. O esforço do Império ao longo dos 67 anos de sua existência foi de se construir à imagem de uma Europa do Antigo Regime, na qual a política tinha um espaço bastante restrito e hierarquizado. Essa percepção explica não apenas a adoção do Poder Moderador como forma de manter sobre controle os outros três Poderes da Constituição, mas manifesta-se também na frase do Barão de Cotegipe nos debates

sobre a Exposição de Paris em que defendeu a participação brasileira no caso de a Exposição não ser política. Tratar como técnica a celebração do centenário da Revolução Francesa, aquela comprometeu as bases do Antigo Regime ao anunciar o Liberalismo como uma possibilidade política na Europa é um movimento curioso. É a tentativa de des-historicizar um evento político e, reforçar a ideia de não-linearidade e processos de ressignificação intrínsecos às trajetórias das modernidades.

A postura de Cotegipe era contraposta pela do Visconde de Ouro Preto, que defendia a participação na Exposição como forma de atrair investimentos para o país, dado que as exposições não seriam apenas um repositório de vitrines:

Um deles insistia no fato de que somente a França, e por motivos estritamente de política interna, inclusive comercial e econômica, insistia em continuar promovendo aqueles 'espetáculos teatrais que perdiam cada vez mais o interesse industrial superado pela apresentação da singularidade dos povos e nisto também nos inferiorizavam pois não nos destacaríamos neles pela civilização e sim pelas setas, arcos e utensílios de nossos aborígenes.' Além disto, 'os nossos conhecidos produtos de exportação, como a goma elástica, o açúcar, o café, os couros e o algodão nada absolutamente ganhariam nestas exposições só repetidas pelos franceses, tão proibitivos (face às preferências coloniais) são os direitos que nas suas alfândegas nos esperam, só nos restando, então, para fazer boa figura e atrair um pouco da atenção da Europa, as edificações (transitórias) que lá fizéssemos.' Mesmo que Ouro Preto contra-argumentasse negando a má figura e citando as madeiras, os opositores insistiam em que, neste e noutros casos, se confundia 'mera curiosidade' com ampliação de mercado. Aos que duvidavam da atração de imigrantes, Ouro Preto citava o sucesso da colônia do Dr. Blumenau e atribuía o pequeno fluxo à persistência da escravidão e à obrigatoriedade do casamento religioso. (Silva, 1992b: 120 – grifo do autor)

A existência de crítica intra-elite ao posicionamento adotado pelo Império mostra apenas como as vozes dissonantes eram fracas e incapazes de fazer um discurso de modernidade alternativo à modernidade conservadora predominante, por mais que o próprio D. Pedro II fosse um entusiasta das inovações tecnológicas. A menção à colônia de Blumenau, projeto sabotado pela escravidão e pela íntima relação entre Estado e Igreja, mostra como o projeto de Brasil exposto internacionalmente era o mesmo articulado internamente.

De fato, as Vitórias Régias a flutuar sobre água aquecida a 30° C, em 1889, não causariam a mesma impressão que o telefone que Graham Bell apresentara na Filadélfia em 1876. O debate no Brasil, às vésperas da Exposição francesa, decorria da proposta de abertura de financiamento para expositores que quisessem apresentar-se na Exposição de 1889 . O governo brasileiro não participaria de forma ativa dessa exposição como participou da Exposição de 1851 (Londres) ou da parisiense de 1855, um indício da transformação do capitalismo industrial ocorrida ao longo do século XIX, que deixa de ser liberal-concorrencial, e torna-se financeiro, demandando do Estado o aporte de

financiamento para que os expositores pudessem participar (Silva, 1992a; Silva, 1992b).

Em se tratando da realidade brasileira, essas exposições eram o paroxismo da implementação de uma ideia de Estado espelhado no passado. O Brasil, em 1889, buscava causar a mesma estupefação lograda no século XIX com as viagens de Spix e de von Martius no princípio do século XIX (Barbury, 1996). Por sua vez, a visão dos EUA a respeito das exposições é evidenciada pelo discurso do presidente William McKinley na Exposição Pan-Americana de Buffalo, em 1901, quando afirmou que estas eram as marcadoras de passo do progresso, estabelecendo seu avanço, estimulando a energia, indústria e intelecto que avançam o gênio humano (Rydell, 1984, p.4 tradução nossa).

Ao largo dessa postura, a opulência natural era valorizada não apenas pelos membros do comitê franco-brasileiro – responsável por organizar a participação brasileira na Exposição Universal de 1889 –, mas também na própria imagem que o país teria e expressaria de si a todo momento. A valorização da natureza estava no hino nacional e em manifestações menos institucionais da elite brasileira, como no excerto de uma crônica Revista Ilustrada resgatado por Barbury

Desejando sempre acompanhar os acontecimentos importantes da nossa época, damos hoje uma interessante gravura da torre Eiffel, comparada com a altura das maiores construções conhecidas. Concordamos que seria mais interessante ver o original. Já, que, porém, não pôde ser, contentamo-nos com esse specimen. Para nos consolarmos também é fácil dar um passeio ao Corcovado e de lá passar a vista pelo panorama que d'ahi se descobre, tendo a consolação de dizer que se a torre Eiffel está 300 metros a cima do nível do mar, o nosso Corcovado está a 712.... Mais do dobro! (Revista Ilustrada, apud Barbury, 1997: 219)

Como a própria autora indica (op. cit.), a comparação da torre parisiense ao morro carioca inverte a análise, que deixa de destacar o avanço das ciências que a primeira representava, mas a altura do mirante que proporcionava, como se aí se esgotasse toda a finalidade da construção. A elite confirmava, seu pendor pelos aspectos naturais do país, como se estes fossem comparáveis aos avanços técnicos – e de caráter provisório, como era para ser a Torre – que se celebravam nas exposições. “O cronista não percebia, provavelmente, que tocava, às avessas, no ponto central da questão (...)” (Op. Cit: 219).

Se se considera que o Brasil era tido como um país de analfabetos, já que o censo de 1872 indicou que apenas 26% da população tinha domínio sobre as letras (NPHEd, 2012), a opinião expressa na Revista Ilustrada está longe de representar – ou de atingir – a maior parcela da população. Trata-se, pois, de um retrato da elite brasileira a quem interessava a valorização das grandezas naturais do país, dado que, através dessa valorização a estrutura socioeconômica do país, ela não seria questionada pelo modelo capitalista que disputava espaço com o modelo europeu do século XVIII.

⁴A Exposição Universal francesa aconteceu em 1889, para comemorar o centenário da Revolução Francesa de 1789. Quando a Exposição começou o Brasil já havia passado pelo golpe republicano de 15 de novembro, mas todos os debates acerca da participação ocorreram ao longo de 1888.

No que diz respeito à argumentação de Ouro Preto, é interessante perceber como já despontam os indícios das reformas que ele estava em vias de propor. Seu gabinete, o último do Império, trazia outro projeto de modernização do país. O projeto visava iniciar a transição para o modelo liberal (Basile, 1990), é importante destacar que a proposta reformista de Ouro Preto é feita após a abolição da escravidão, portanto, num momento de vulnerabilidade do modelo de Antigo Regime brasileiro tendo em vista que o seu lastro, foi retirado com o fim do trabalho compulsório de uma parcela da população. Nesse contexto, a possibilidade de inovação e de propor algo diferente, é maior do que era antes. Ainda assim, a falta de apoio ao Gabinete Ouro Preto, mesmo após a abolição, indica como o liberalismo não era um projeto com ampla aceitação na elite. Essa falta de projeto que superasse “o elemento servil”, fez que o Brasil, ao ser exposto em Paris, fosse, por excelência, o país do exotismo:

(...), o próprio monarca estaria lá e era preciso fazer, nas palavras dele, “uma boa figura”. Vejamos a advertência que abre as explicações brasileiras para a exposição de 1876: “Se as exposições não podem, ainda, por parte do Brasil significar uma competição na área industrial, elas têm proporcionado ensejo para que o Império seja melhor conhecido e apreciado como região de solo fertilíssimo e nacionalidade pacífica, inteligente e laboriosa.”(Schwarcz, 2007: 367)

É interessante que, em 1876, quando o imperador ia para os EUA participar da abertura da Exposição da Filadélfia, não houve comoção semelhante à que ocorreu quando o governo aventou a possibilidade de financiar a participação de expositores brasileiros 12 anos depois.

De toda forma, é curioso notar que a ida do imperador à Exposição dos EUA não reverberou no país da mesma forma que o evento congênere na França, apesar de serem comemorativos de revoluções que muito se assemelham no caráter liberal. De toda forma, a valorização excessiva da participação em evento que comemorasse a Revolução Francesa pode ser interpretada à luz da preocupação com as questões da Europa e do descaso com a realidade americana, afinal, a independência dos EUA, apesar de seu caráter liberal, não logrou servir como influência para outros países que não os latino-americanos.

A participação de D. Pedro II na Exposição da Filadélfia foi ponto importante na biografia do imperador. O espaço que as Exposições ocupam nos estudos históricos – para não falar do total esquecimento na área de Relações Internacionais – seria ainda menor se não fossem as citações recorrentes ao primeiro monarca que visitou os EUA e a impressão positiva que passou aos seus convivas (Besouchet, 1975). Sobre ela, afirma Lilia Schwarcz:

Na verdade, a presença constante do Brasil diz muito do esforço do imperador e das elites da corte para veicular uma imagem diversa desse país distante, agrícola, monárquico e escravocrata mas que queria se ver representado como uma nação moderna e cosmopolita. D. Pedro II, em particular, procura se distinguir como um “pioneiro”,

um homem aberto às novas tecnologias. A precoce introdução do telefone e da fotografia entre nós são exemplos significativos desse tipo de política. De fato, o empenho pessoal do monarca na realização dos estandes brasileiros fala da preocupação com a boa costura da imagem externa da monarquia exótica e única no território americano. No entanto, se a intenção era mostrar a civilização aliada aos trópicos, o efeito final tendia sempre ao último aspecto: o Brasil era sobretudo o país da grande natureza e dos “bons selvagens”. (Schwarcz, 2007: 397)

Lilia Schwarcz não compartilha da diferenciação que estabelecemos entre a elite brasileira e o imperador. Notamos no monarca o interesse de adotar uma postura liberal, não conservadora como a adotada pela elite. Essa postura, todavia, não reverbera entre aqueles que fazem parte do grupo político e econômico predominante no país. Dessa forma, na percepção de Marshall Berman sobre o tema, a participação brasileira nas exposições, é essencialmente moderna: encerra em si sua própria antítese ao transformar em exótico um imperador modernizante e em moderno a natureza a ser desbravada.

Considerações finais

Se no final do século XIX os debates sobre a opção pelo modelo do Antigo Regime em detrimento do liberal tinham espaço na elite brasileira, nos EUA essa foi uma questão resolvida com a Guerra de Sessão, a abolição da escravidão e a consolidação da opção pelo modelo capitalista, motivo pelo qual não buscamos os debates intralite do país do norte da América (Divine et al, 1992).

A Europa no século XIX estava em disputa: Antigo Regime e liberalismo como os polos de um contínuo político que também se confundiam com as disputas nacionalistas europeias. Não se pode dizer que era um período de transição, pois o Antigo Regime se manifestava com força na criação do Império alemão, na consolidação das tradições nobiliárquicas e nas articulações personalistas estruturadas por Bismarck.

Ao mesmo tempo, os levantes liberais do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX mostraram a força que o novo modelo político trazia. Força que foi pasteurizada na Exposição Universal de 1889, mas que ainda assim mostrara a potência de um novo projeto político e social para a Europa. Um que lidava com a ideia de modernidade de uma forma diferente, como um futuro tecnológico, não como um futuro de tradições.

Os EUA e o Brasil nas suas participações nas exposições universais demonstram a força desses dois projetos. A forma por meio da qual desenvolveram seus vínculos com a Sociedade Internacional Europeia do século XIX variou nos dois casos, e os projetos de futuro que tinham eram diferentes. Nesse sentido, o significado da escravidão na história desses dois países – como parte do mito fundador da nacionalidade brasileira ou a necessidade de supressão para a construção da nacionalidade estadunidense – demonstram como o processo de significação não é dado a partir dos fenômenos, mas

interpretados a partir do contexto no qual está inserido.

Se a narrativa histórica realista simplifica o último quartel do século XIX como uma sucessão de eventos que culminaram na I Guerra Mundial, é importante construir outra narrativa que dê conta dos embates políticos e processos de significação que permitiram compreender a História dentro de suas potencialidades e não de maneira teleológica. O contexto sistêmico apresentado mostra esse pano de fundo da disputa entre os modelos. Disputa que ia além dos embates militares e dizia respeito também a afinidades culturais, afinidades que viriam a se tornar mais complexas a partir da emergência do elemento “nacionalidade” nascente no século XIX.

As Exposições Universais surgem como uma alternativa para compreender essa história europeia, mas não através da observação dos países europeus, senão da maneira pela qual os recém-independentes países americanos participaram desses eventos. Esse recorte consegue apresentar de forma mais clara a cordial polarização que marcava a interação na Sociedade Europeia os avanços e recuos da constante mutação que é a modernidade. A convivência do novo e do antigo de forma tão intrincada que por vezes se confundem apresenta um mundo que não estava destinado à falência política da guerra. Pois o futuro, enquanto modernidade, não passa de uma miragem constantemente reconstruída a partir das visões sobre esse futuro, portanto, a Europa não estava destinada à guerra, nem a ausência de guerra. A Europa estava ativa na intrincada dinâmica política que opunha dois modelos políticos e sociais diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBURY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, v.4, jan./dez, 1996, p. 211-261.
- BASILE, Marcelo Octávio N. de C. O Império Brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro, Elsevier: 1990. p. 188-301.
- BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. **Histoire du XIXe siècle**. Paris: Hatier, Août 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem & teatro das sombras**. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2007.
- COGGIOLA, Osvaldo. **As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939): fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente**. São Paulo: Alameda, 2009.
- BULL, Hedley. *The anarchical society: a study of order in world politics*. New York: Columbia University Press, 2002. JOLL, James. **Europe since 1870: an international history**. 4.ed. London: Penguin Books, 1990.
- DIVINE, Robert A; Breen T. H.; FREDRICKSON, George M.; WILLIAMS, R. Hal; ROBERTS, Randy. **América: passado e presente** (Trad.: BERNARDES, Jaime; ARAÚJO, Carlos). Rio de Janeiro, Editorial Nórdica: 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. (Trad.: FIKER, Raul). São Paulo: Editora UNESP: 1991
- HILL, Christopher. **The Century of Revolution: 1603-1714**. New York & London, Routledge: 1980.
- HOBBSBAWM, Eric J.. **Nações e Nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. (Trad.: PAOLI, Maria Celia; QUIRINO, Anna Maria). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- JOLL, James. **Europe since 1870: an international history**. 4.ed. London: Penguin Books, 1990.
- KEENE, Edward. **Beyond the anarchical society: grotius, colonialism and order in Worldpolitics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002
- KENEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Waltensir Dutra (trad.). Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. – 17ª Reimpressão.
- KISSINGER, Henry. **A diplomacia das grandes potências**. Rio de Janeiro. Francisco Alves & Univercidade Editora, 2001.
- MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton & Company Inc., 2003
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. . In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. p. 129-143.
- MOUGEL, François-Charles, PACTEAU, Séverine. **Histoire des Relations Internationales: XIXe et XXe siècles** 10e edition. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

MOUL, William B. Balances of power and European great power war, 1815-1939: a suggestion and some evidence. *Canadian Journal of Political Science. Revue Canadienne de Science Politique*, v.18, n. 3, p. 481-528, set, 1985.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA (NPHEd). **Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872** (Relatório Provisório. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional: Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, 2012.

PAIVA, Clotilde A. et al. **Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872** (relatório provisório). Universidade Federal de Minas Gerais: Janeiro de 2012.

ROSE, Gideon. Neoclassical Realism and Theories of Foreign Policy. In.: **World Politics**, vol. 51, Nº. 1 (oct., 1998)

RYDELL, Robert W.. **All The World's a Fair**. Chicago: University of Chicago, 1987

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, José Werneck da. **As arenas pacíficas do progresso: as exposições universais internacionais do século XIX; a circulação transoceânica de idéias e técnicas e a participação do Império do Brasil na Exposição Internacional de Paris de 1889. 1992**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1992. v.2

WALTZ, Kenneth, “Anarchic Orders and Balances of Power”. In.: KEOHANE, Robert O. (ed.). **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.

Recebido em janeiro de 2017.
Aprovado em março de 2017.